

69 milhões

Lucros da EPAL+LVT em 2024

vs. **Aumento salário**
3,1%

E o que tem isto a ver contigo e com o teu salário e vínculo?

Tudo! São os trabalhadores que produzem toda a riqueza, é preciso distribuí-la com justiça. Apesar dos lucros obtidos no grupo Águas de Portugal, em particular na EPAL (59.1€ Milhões) e LVT (10€ Milhões), os trabalhadores das empresas de águas continuam a fazer contas a tostões. Apesar destes lucros, os trabalhadores viram os seus salários aumentados em apenas 3.1% ou 70€ (no caso da EPAL).

Lucros que comprovam que é possível valorizar os salários, que é possível valorizar carreiras e contratar os trabalhadores em falta.

O subsídio de pensidade e risco

O governo continua a recusar responder à reivindicação destes trabalhadores de atribuição do subsídio de pensidade e risco. Porque não têm os trabalhadores do grupo AdP que exercem funções nas áreas do tratamento de resíduos e do saneamento (entre outros) direito a este suplemento, como acontece em outras entidades (por exemplo, câmaras municipais)? Estes trabalhadores exercem funções semelhantes, estão diariamente expostos a diversos e enormes riscos, prestando um serviço público fundamental às populações.

Para o PCP é da mais elementar justiça a aplicação deste suplemento a todos os trabalhadores que exerçam funções de risco.

O PCP propôs, já na discussão do OE de 2024, alterações ao diploma relativo ao suplemento por trabalho em condições de risco, penalidade e insalubridade, que fosse acrescentado o seguinte parágrafo:

“O suplemento remuneratório previsto no presente diploma aplica-se também a todos os trabalhadores que, independentemente da carreira que integrem, cumpram os requisitos e condições de pensidade, insalubridade e risco.”

Para além disto, temos vindo a propor consecutivamente que estes trabalhadores, para além deste suplemento remuneratório, devem ter direito às compensações relativas a duração e adequação dos horários de trabalho, de acréscimo de dias de férias e de benefícios para efeitos de reforma, garantindo condições mais favoráveis aos trabalhadores, por trabalho executado em condições de risco, penalidade e insalubridade.

Faltam trabalhadores! Degradam-se as condições de trabalho e serviço prestado

A falta de trabalhadores em todas áreas e os vínculos precários são realidade que se agrava de dia para dia. Aumenta a subcontratação, através da qual a administração procura fugir à contratação colectiva, retirar direitos e dividir trabalhadores. As condições de trabalho, a falta de meios humanos e materiais conduzem a uma degradação e destruição do serviço público prestado.

E o que tem isto a ver com as eleições legislativas de dia 18 de Maio?

Tudo! Os sucessivos governos e a maioria de PSD, PS, Chega e IL na Assembleia da República têm responsabilidades na situação em que se encontram as empresas do grupo e os seus trabalhadores.

É necessário aumentar os salários, nomeadamente o salário mínimo nacional, promovendo um aumento geral dos salários. É necessário acabar com a caducidade da contratação colectiva, com as sub-contratações e prestações de serviço, que fazem crescer vínculos laborais precários e a instabilidade na vida dos trabalhadores.

Só com mais força à CDU, à única força que defende os direitos dos trabalhadores, é possível valorizar e dar resposta aos trabalhadores das águas!

Propostas apresentadas pelo

- **Aumento imediato do Salário Mínimo Nacional** para 1000€.
- Revogação da **caducidade da contratação colectiva**.
- Cumprimento da **contratação coletiva** e desbloqueio **das carreiras e progressões;**
- Reposição do **pagamento do trabalho suplementar**.
- Reforço dos direitos de quem trabalha por **turnos**.
- Redução do horário de trabalho para as **35 horas para todos**.
- Alargamento das **férias para 25 dias;**
- Regime de **controlo de preços** sobre os produtos do cabaz alimentar essencial.
- **Redução do IVA** da electricidade, gás e telecomunicações para 6%.
- Defesa do **Serviço Nacional de Saúde:** regime de dedicação exclusiva e programa de emergência para o SNS.
- Reforço dos **direitos de maternidade e paternidade**, alargamento da licença para 210 dias, pagas a 100%.
- Criação de uma **rede pública de creches**.

SALÁRIOS PENSÕES SAÚDE HABITAÇÃO PAZ

A tua vida importa, o teu voto conta